

CONJUNTURA

PIB do Rio Grande do Sul encolheu 3,1% em 2016

Economia do Estado acumula retração de 6,7% desde 2014

Guilherme Daroit

daroit@jornaldocomercio.com.br

O ano de 2016 repetiu mais um período de queda da atividade econômica no Rio Grande do Sul. Segundo dados divulgados ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Estado viu seu PIB encolher 3,1% no ano passado. É a terceira queda consecutiva do indicador, que não tinha uma sequência tão grande de resultados negativos desde os primeiros anos da década de 1980. A queda acumulada desde 2014 atinge 6,7%.

Uma boa notícia, porém, é que a indústria gaúcha dá sinais de recuperação. Depois de 10 trimestres consecutivos de queda no setor, as fábricas do Estado registraram um aumento de 0,9% no quarto trimestre de 2016 em relação ao trimestre anterior. O resultado não foi suficiente para evitar a queda na atividade industrial no acumulado do ano, que atingiu 3,9%, mas é visto como um bom sinal. “Dada a sequência de resultados negativos, a volta de um resultado positivo trimestral na indústria é um fator interessante”, comenta o coordenador do núcleo de contas regionais da FEE, Roberto Rocha.

O resultado positivo no quarto trimestre é reflexo do bom resultado da indústria da transforma-

ção, que cresceu 2,7% em relação ao terceiro trimestre puxada principalmente pelos segmentos de máquinas e equipamentos e de celulose. Este último setor ainda reflete a expansão da Celulose Rio-grandense, de Guaíba - a atividade cresceu 33,8% em 2016. Já em máquinas e equipamentos, os motivos apontados são a capitalização dos produtores e a expectativa de uma grande safra agrícola para este ano - mesmo assim, no total de 2016, o segmento ainda apresentou retração, de 2%.

O campo, aliás, mesmo sem grandes acidentes climáticos como as que derrubaram o PIB gaúcho em 2005 e 2012, por exemplo, apresentou uma das maiores quedas entre os itens que compõem o cálculo do indicador em 2016. A queda no setor agrícola foi de 4,5%, puxada por reduções nas culturas de arroz, fumo e milho.

Rocha vê a situação como natural, uma vez que a grande safra anterior, colhida e comercializada em 2015, aumentou os patamares de comparação. “Mesmo não tendo desempenho positivo em volume, quando olhamos os preços temos um setor que não teve um nível de renda tão prejudicado quanto os setores urbanos”, acrescenta o economista da FEE.

A renda dos trabalhadores

rurais também é um dos motivos apontados para que, nos serviços, a atividade imobiliária tenha sido a única que registrou crescimento em 2016, na casa de 1,1%. Serviços ligados à exportação, como transporte e armazenagem, embora tenham caído 0,7% no ano, se beneficiaram do crescimento no volume das vendas externas, apresentando resultados menos ruins do que o visto nacionalmente, onde a queda chegou a 7,1%.

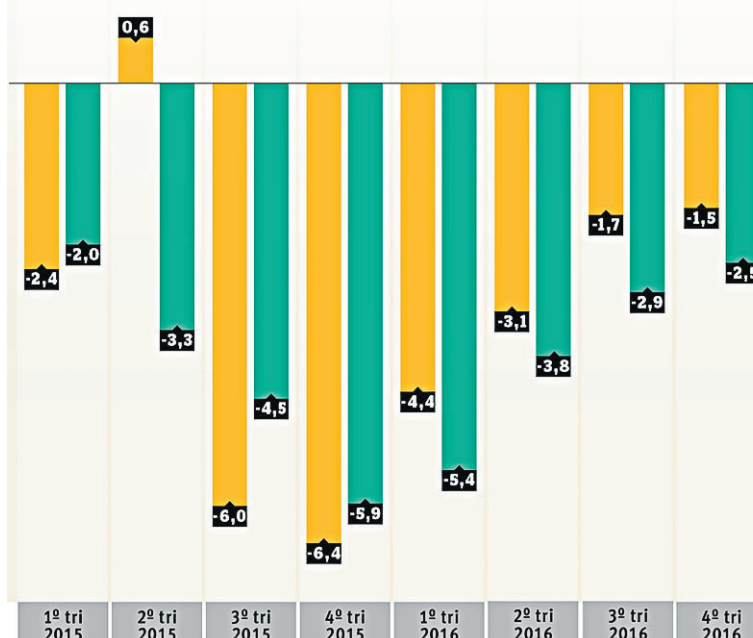
O PIB gaúcho como um todo, aliás, seguiu a mesma lógica, tendo em vista que o PIB brasileiro divulgado pelo IBGE no início do mês revelou uma queda ainda maior, de 3,6%. A crise nacional, por óbvio, é a maior responsável pela queda da atividade também no Estado, que acompanha tendência geral. Estados como Espírito Santo (-12,2%), Bahia (-4,9%), São Paulo (-3,0%), Goiás (-2,7%) e Paraná (-2,4%), que também possuem entidades de estatística que mantêm séries regionais, confirmam a generalização das retrações.

No todo, a estimativa da FEE é de que o Rio Grande do Sul passou de 6,4% para 6,5% de participação na economia nacional em 2016. O valor nominal do indicador gaúcho foi de R\$ 410,276 trilhões no passado, com um PIB per capita de R\$ 36.329,00 (cerca de 20% maior do que o valor nacional).

Evolução do PIB por trimestre (%)

COMPARAÇÃO COM O MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR

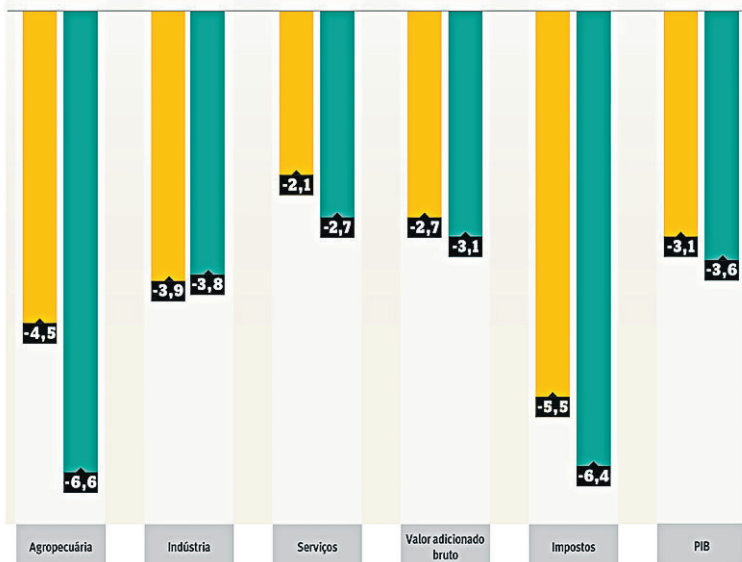
FONTES: IBGE E FEE



PIB gaúcho x brasileiro em 2016 (%)

TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADAS NO ANO

FONTES: IBGE (BR) E FEE (RS)



Dívida pública federal encerra fevereiro em R\$ 3,13 tri, podendo chegar a R\$ 3,65 tri até final do ano

A dívida pública federal encerrou fevereiro em R\$ 3,13 trilhões. O número representa um aumento de 2,66% em relação ao mês anterior, quando o estoque era de R\$ 3,05 trilhões. A expectativa é que a dívida continue a avançar ao longo do ano e encerre 2017 em um intervalo entre R\$ 3,45 trilhões e R\$ 3,65 trilhões, um crescimento de 17% em relação à 2016.

A maior parte da dívida interna brasileira está nas mãos de fundos de previdência, que detêm 26,12% do total. Em seguida, quase equiparados, estão fundos de investimento (22,42%) e instituições financeiras (22,29%). A par-

ticipação de investidores estrangeiros continua caindo e passou de 14,22% em janeiro para 13,66%. Com isso, atingiu-se o menor percentual de participação de não residentes desde dezembro de 2012.

O coordenador-geral de operações da dívida, Leandro Secunho, explicou que há, de fato, uma saída de estrangeiros, mas prioritariamente em títulos de curto prazo. Ou seja, o impacto qualitativo para o Tesouro é pequeno. Ele garante que a participação tem aumentado em papéis de longo prazo, como a NTN-f.

“O movimento de saída não tem afetado títulos de longo prazo. O impacto na curva dos preços é reduzido. De fato, há saída, é inegável, mas é uma saída absolutamente organizada. Temos ouvido que há um volume negociado de NTN-f, na semana passada, superior ao habitual”, disse.

A maioria do estoque é composta por títulos prefixados (vinculados a taxas pré-determinadas). Eles representam 34,15% do total. Em seguida, estão os títulos atrelados a índices de preços (inflação, 32,39%) e à taxa flutuante (Selic, 29,70%). Os títulos vinculados ao câmbio equivalem a 3,76% do todo.

Secunho afirmou que há uma demanda por todos os títulos públicos e que o Tesouro tem aproveitado para “capturar essa

demanda sem adicionar riscos excessivos ao mercado”. Ele afirmou que a emissão em dólares, nesse mês, do título de 10 anos do Tesouro, o Global 2026, também está nesse contexto, de capturar a demanda existente e aumentar a liquidez de um papel já existente. O coordenador disse ainda que deve haver novas emissões externas em 2017 e que não está descartada uma emissão em euros.

Ele reforçou que as emissões são qualitativas, buscam uma

oportunidade para o Tesouro, e não são fruto de uma necessidade. Secunho garantiu que, com a emissão externa de março, há recursos em dólares para pagar a dívida externa de 2017 e de 2018.

“A ideia de emitir em euros não está descartada. É um mercado que olhamos com cuidado para tentar aproveitar uma oportunidade. É uma possibilidade”, disse.

Valor representa aumento de

2,66%

em relação ao mês anterior



Juliano Brito

Sociedade de Advogados
OAB/RS 3306

(51) 3031-2494 / (51) 99761476 www.jbsa.adv.br • julianobrito@jbsa.adv.br

DÍVIDAS OU DÚVIDAS TRIBUTÁRIAS? **Juliano Brito Sociedade de Advogados** (atual Pompermaier & Brito Advogados) é especializada em Direito Tributário e quer convidar você, contribuinte ou contador, a conhecer nossas teses e estratégias de compliance tributário. Aproveite as oportunidades do PRT e REFAZ 2017, com acompanhamento jurídico seguro para evitar erros e exclusão dos parcelamentos.

Indique o número 136 para receber a sua restituição do imposto de renda pela Unicred.

UNICRED